

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/rcufba.v17i1.49254>**LOBBY NA CONSULTA PÚBLICA PARA REFORMA DA ESTRUTURA  
INTERNACIONAL DE EMISSÃO DE NORMAS DE AUDITORIA, ASSEGURAÇÃO E  
ÉTICA PROFISSIONAL****Thiago Macedo Pereira de Matos**  
UFRJ  
thiagompmatos@gmail.com**Odilanei Moraes dos Santos**  
UFRJ  
profodilanei@gmail.com**Ricardo Fraga Lima**  
UNESPAR  
ric.f.lima@hotmail.com**RESUMO**

Entre 2017 e 2018, o Monitoring Group (MG) realizou uma consulta pública para propor uma nova estrutura de emissão de normas internacionais de auditoria, asseguração e ética profissional. Essa consulta contou com a participação de diversos stakeholders que podem ter sofrido pressões de determinados grupos para que o desenvolvimento se dê em conformidade com seus interesses. O presente estudo tem o objetivo de verificar a existência de lobby, no que diz respeito aos aspectos mais relevantes da consulta do Monitoring Group. Para atender a esse objetivo, recorreu-se à análise de conteúdo de 58 cartas comentário emitidas por auditores, reguladores e investidores e consequente análise por meio de técnicas estatísticas para verificar diferenças de posicionamento em relação às propostas de reforma. Verificou-se uma predominância de frequência desfavorável às propostas de reforma por parte dos auditores, uma posição de equilíbrio entre opiniões favoráveis e desfavoráveis por parte dos reguladores e uma predominância de posições favoráveis às reformas por parte dos investidores. Houve diferença significativa de posicionamentos entre os grupos de interesse, no que diz respeito à unificação do órgão emissor de normas de auditoria e asseguração com o emissor de normas éticas, bem como quanto à manutenção ou não de representação da International Federation of Accountants (IFAC) no órgão que supervisiona o devido processo de emissão de normas aplicáveis pelos auditores, inclusive a observação ao interesse público.

**Palavras-Chaves:** Lobby, Normas de auditoria, Reguladores.

---

---

Recebido em 06/05/2022. Editor responsável: José Maria Dias Filho



## 1. INTRODUÇÃO

Após ocorrerem falhas corporativas no início dos anos 2000, o *Monitoring Group* (MG) – organismo composto pelos reguladores internacionais: Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), Comitê de Basileia (BCBS), Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS), Comissão Europeia (EC), *Financial Stability Board* (FSB) e Banco Mundial (WBG) – decidiu realizar uma consulta pública para propor uma nova estrutura de emissão de normas internacionais de auditoria, asseguração e ética profissional (IOSCO, 2017b).

Nesse processo de consulta, que não é eminentemente técnico e se sabe que tem um componente político (Watts & Zimmerman, 1978), os órgãos podem sofrer pressões de determinados grupos para que o desenvolvimento de suas normas/regulamentos se dê em conformidade com seus interesses, de modo que, sob o ponto de vista da teoria da regulação, é possível que o MG tenha sido capturado por determinados *stakeholders*, em detrimento do estrito interesse público, conforme estipula Stigler (1971) na abordagem da teoria da captura.

Esta consulta pública abordou diversos aspectos da estrutura atualmente em funcionamento e sugeriu possíveis caminhos a seguir, para uma ampla reforma do sistema de emissão de normas, da supervisão desses órgãos (*standards setters*) e da governança geral do sistema. O documento preparado pelo MG está dividido em 8 seções, que abordam as áreas-chave de preocupação, os princípios que guiam a reforma, opções para a reforma, o papel do *Public Interest Oversight Board* (PIOB) e do MG, aspectos administrativos, considerações processuais, fontes de financiamento e questões abertas, resultando num total de 27 perguntas submetidas à consulta pública.

A proposta do MG ficou em consulta pública por 90 dias (entre novembro de 2017 e fevereiro de 2018), e foram recebidas 179 respostas de diversos grupos de interesse, majoritariamente emissores nacionais de normas, firmas de auditoria e associações nacionais de auditores. Além das consultas, o MG realizou *roundtables*, para detalhar sua consulta e captar impressões de *stakeholders*, em reuniões presenciais.

No âmbito desta consulta pública, o MG discorreu sobre a necessidade da nova estrutura de emissão de normas de auditoria, asseguração e ética profissional ter um aspecto *multistakeholder*, de forma que atenda aos interesses de auditores, reguladores e usuários (notadamente investidores). As pesquisas que envolvem o processo de emissão de normas e a influência dos *stakeholders* nesse processo tem se dedicado mais às normas contábeis (Carmo, Ribeiro, & Carvalho, 2016; Santos & Santos, 2014; Jorinssen et al., 2012; Hansen, 2011). No âmbito da regulação da auditoria, aponta-se as pesquisas de Jonsson e Svensson (2014), Simnett e Huggins (2014), Williams e Wilder (2015), Matos, Santos, Rodrigues e Leite (2018) e Araújo e Dias Filho (2020). O estudo da proposta do MG traz outra perspectiva para as pesquisas nessa área porque envolve uma etapa que é anterior à emissão de uma norma, que é a estruturação de como se dá o processo, sendo, portanto, um novo campo de investigação.

Dessa forma, busca-se neste estudo responder à seguinte questão de pesquisa: qual o posicionamento dos auditores, reguladores e investidores quanto aos principais aspectos da consulta emitida pelo MG? O objetivo da pesquisa é verificar a existência de *lobby* por determinados grupos de interesse, no que diz respeito aos aspectos mais relevantes da consulta do MG sobre reforma dos emissores internacionais de normas de auditoria, asseguração e ética profissional. Conforme Matos, Santos, Rodrigues e Leite (2018), o termo *lobby* se refere a estratégias utilizadas por usuários das normas para tentar influenciar os órgãos emissores em defesa de seus negócios e da maximização de suas riquezas e não uma conotação negativa.

Para atender a este objetivo, recorreu-se à análise de conteúdo das cartas comentário emitidas por auditores, reguladores e investidores e consequente análise por meio de técnicas estatísticas, para verificar se há diferenças de posicionamento entre esses grupos em relação às propostas de reforma feitas pelo MG. Carmo, Ribeiro e Carvalho (2016) apontam que os

estudos relacionados ao *lobbying* se utilizam majoritariamente da análise de conteúdo das cartas-comentário como fonte de investigação e técnica de análise de dados, sendo esse o caminho metodologia adotado, assim como utilizado por Matos, Santos, Rodrigues e Leite (2018) e Araújo e Dias Filho (2020).

Este estudo tem relevância tanto no contexto acadêmico quanto no âmbito profissional e regulatório, pois é de interesse de todos esses *players* conhecer as tentativas de grupos de interesse em influenciar o processo de emissão de normas de auditoria, asseguração e ética profissional, notadamente se for demonstrado que o interesse público não está sendo o principal vetor da reforma ora proposta.

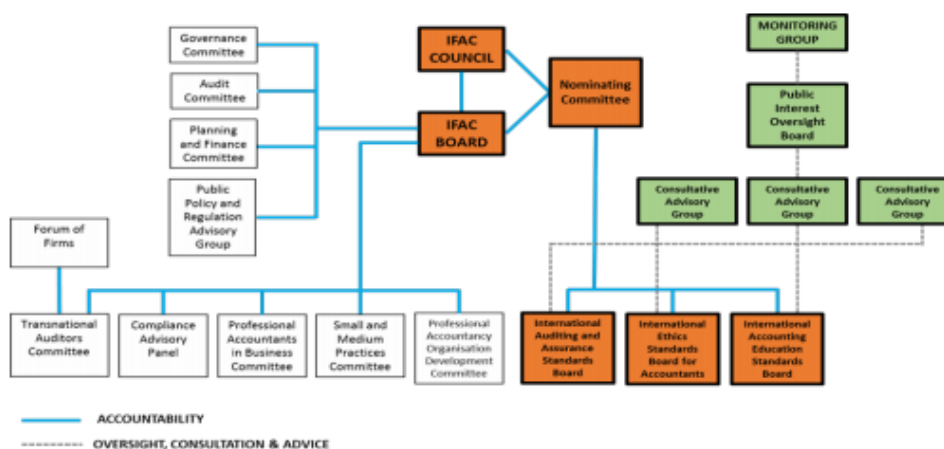
## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. O processo de reformas das normas de auditoria

O *Monitoring Group* buscou, por meio da consulta pública, opções para fortalecer a governança, a prestação de contas e a supervisão do processo de emissão de normas internacionais de auditoria, asseguração e ética profissional. Essa reforma seria parte de um esforço contínuo para promover normas internacionais de auditoria e ética de alta qualidade (IOSCO, 2017a). O órgão decidiu, partir da estrutura atualmente existente na *International Federation of Accountants* (IFAC), propor uma nova estrutura, cuja estrutura atual está representada na Figura 1.

Figura 1

**Estrutura de emissão de normas internacionais de auditoria, asseguração e ética profissional atualmente existente.**



Fonte: IOSCO (2017b).

No documento de consulta pública o MG informa os objetivos-chave da estrutura a ser criada, que são: interesse público – o principal propósito da reforma – independência, credibilidade, efetividade, relevância, transparência e prestação de contas. Em seguida, passa a detalhar as áreas em que são discutidas opções para a reforma e as respectivas questões aos respondentes, que o MG busca que seja uma gama mais ampla possível de *stakeholders*.

A consulta apresenta, em suas oito seções, nada menos que vinte e sete questões aos respondentes, tratando de diversas questões relativas à estrutura de emissão de normas de auditoria, asseguração e ética profissional, assim como as fontes de financiamento potenciais da nova estrutura, o papel do MG, questões administrativas e de pessoal, entre outras. Na consulta, o MG deixou claro que há uma percepção de influência indevida da profissão, ou seja, das firmas de auditoria sobre os órgãos da atual estrutura.

Na transcrição da primeira das *roundtables* realizadas para discutir o documento, verificou-se na seção de perguntas e respostas que os principais embates entre auditores,

reguladores e investidores se deram em torno de questões quanto aos seguintes pontos da proposta de reforma: o estabelecimento de um *board* único para emissão de normas éticas e normas técnicas, a separação das normas éticas para auditores (dentro da nova estrutura) e para demais contadores (sob a atual estrutura dentro da IFAC) e se a IFAC deve manter representação no *board* do PIOB, órgão responsável por supervisionar se as normas são emitidas de acordo com o devido processo, visando o atendimento do interesse público (IOSCO, 2017c). Considerando esse contexto, este estudo foca nessas três questões, pois são aquelas com grande potencial de se obter posicionamentos divergentes, o que contribuiu para o entendimento do fenômeno relacionado.

## 2.2. Estudos correlacionados com a temática

A linha de pesquisa de *lobby* na emissão de normas contábeis já tem algumas décadas de desenvolvimento, com estudos nos mercados americanos, europeu e inclusive no Brasil, com o estudo de Carmo, Ribeiro e Carvalho (2016) apresentando um apanhado da sua evolução, dos métodos empregados e dos resultados encontrados. No que diz respeito à análise da influência de grupos de interesse sobre a emissão de normas de auditoria, são poucos os estudos que se encontram em buscas em periódicos da área contábil e bases de dados acadêmicas.

Jonsson e Svensson (2014) analisaram o conteúdo de cartas comentário emitidas ao *International Auditing and Assurance Board* (IAASB) no projeto de alteração do relatório dos auditores e concluíram que o IAASB lidou com influência de vários grupos de interesse, mas não conseguiram distinguir grupos com maior efetividade na estratégia de *lobby*.

Simnett e Huggins (2014) analisaram as respostas ao *Invitation to Comment* (ITC) emitido pelo IAASB, sobre o novo relatório dos auditores, e verificaram o nível de concordância dos respondentes às propostas, encontrando forte suporte a uma maior divulgação no relatório dos auditores acerca de informações adicionais publicadas junto às demonstrações financeiras e baixo suporte à inclusão de informações adicionais no relatório dos auditores quanto aos procedimentos de auditoria executados. Por outro lado, encontraram evidências que respondentes norte-americanos apresentaram maior resistência às proposições do IAASB do que os de outras regiões.

Williams e Wilder (2015) avaliam o papel do *feedback* recebido nas consultas públicas do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), dos Estados Unidos, na evolução da política regulatória nessa área e verificaram que os grupos de interesse apresentam níveis distintos de favorabilidade às normas emitidas pelo PCAOB, concluindo que quase a metade das proposições do PCAOB são revistas após os processos de consulta.

Matos, Santos, Rodrigues e Leite (2018) avaliam se os posicionamentos de auditores e reguladores e suas respectivas coalizões quanto às propostas do IAASB na última fase de consulta pública do projeto *Improving the Auditor's Report* são significativamente diferentes, bem como se a estratégia de *lobbying* por meio do envio de cartas-comentário é efetiva, verificando que a tentativa de lobby por esses grupos apresentam posições diferentes em algumas das questões avaliadas, porém sem predominância de nenhum desses grupos de interesse quanto à efetividade da estratégia de *lobbying*, com o IAASB acomodando interesses diversos.

Araújo e Dias Filho (2020) investigaram a influência dos diferentes grupos nas duas últimas audiências públicas lançadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 2011 e 2017. Por meio da análise de conteúdo das cartas comentários, a pesquisa sugere que houve *lobbying* efetivo por parte dos auditores que tiveram suas opiniões prevalecendo dentre os diversos grupos, revelando a necessidade de maiores investigações sobre a regulamentação das atividades de auditoria para garantir que os interesses de determinados grupos não sejam priorizados em detrimento do interesse público.

A pesquisa realizada por Monsen (2022), aponta que, apesar da participação

considerável das quatro grandes empresas de auditoria na definição de normas, não há provas sistemáticas sobre quais os fatores que moldam o apoio ou a oposição das big4 às normas de contabilidade propostas ou se as suas posições de *lobby* influenciam materialmente essas normas. Utilizando características textuais das cartas comentários das big4 sobre as propostas normativas do FASB, o autor conclui que as posições de *lobby* das firmas de auditoria refletem mais os motivos relacionados ao lucro, por meio do apoio a normas que irão gerar mais honorários ou que são apoiadas pelos seus clientes.

Haapamäki e Mäki (2023) analisaram 145 cartas de comentários ao projeto de norma para auditorias das demonstrações financeiras no contexto das entidades menos complexas. Os resultados revelam argumentos contraditórios. Por exemplo, ao discutir a qualidade da auditoria, os grupos de interesse perceberam oportunidades positivas na adoção da nova norma e que a qualidade da auditoria aumentaria. Por outro lado, os grupos de interesse que estavam céticos quanto ao sucesso da nova norma, argumentaram que a qualidade da auditoria poderia ser comprometida pelo preconceito geral de que a ISA poderia ser vista como uma auditoria de qualidade inferior com menos procedimentos.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Coleta de dados e técnicas de análise

Assim como em Araújo e Dias Filho (2020), a análise de conteúdo das cartas comentário submetidas ao MG, durante a primeira fase do processo de consulta pública, emitidas por auditores, investidores e órgãos reguladores, foi a metodologia empregada neste estudo, tendo em vista que, embora as cartas comentários não seja o único método empregado pelos lobistas, elas estão publicamente disponíveis e são amplamente utilizadas em estudos dessa linha de pesquisa.

Carmo, Ribeiro e Carvalho (2016) analisaram estudos relacionados ao *lobbying* na regulação contábil, concluindo que a maior parte das pesquisas se utilizou das cartas comentário como fonte de investigação e aplicou a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Na mesma linha, Georgiou (2004) investigou estratégias de *lobbying* e seus resultados mostram que a utilização de outros métodos está significativamente associada ao uso de cartas comentário.

Considerando que as principais discussões ocorridas na *roundtable* se concentraram em assuntos relativos ao estabelecimento de um *board* único para emissão de normas éticas e normas técnicas, à separação das normas éticas para auditores das dos demais contadores e se a IFAC deve manter representação no *board* do PIOB, são essas as discussões objeto de análise deste artigo, relativos aos comentários enviados por auditores *versus* opiniões de reguladores *versus* opiniões de investidores, justificando, também, a escolha apenas desses três grupos de respondentes.

Foram coletadas no *website* da IOSCO as respostas dos grupos de interesse aos questionamentos efetuados pelo MG na consulta pública, especificamente quanto às questões apresentadas na Figura 2, selecionadas em virtude da delimitação dos tópicos comentados no parágrafo anterior.

Figura 2

**Questões da consulta cujas respostas serão analisadas nesta pesquisa.**

#	Questão	Descrição
	Q4	Deve ser estabelecido um único órgão para emitir normas de auditoria e ética para auditores?
	Q6	A IFAC deve manter a responsabilidade de emitir normas éticas para contadores (não auditores)?
	Q16	A IFAC deve ter removida sua representação no PIOB?

Fonte: Adaptado de IOSCO (2017B).

A análise de conteúdo das respostas aos questionamentos formulados pelo MG foi utilizada para classificar o posicionamento dos respondentes de acordo com o modelo aplicado por Simnett e Huggins (2014), de modo que cada uma das respostas foi avaliada de acordo com a concordância ou discordância sobre a pergunta formulada em uma escala de 5 pontos, sendo: “1” discordância da proposta do MG, “2” discordância com ressalvas, “3” ambivalente / incerto, “4” suporta com ressalvas e “5” suporta a proposta do MG.

Após a codificação, as respostas foram então resumidas por grupo de interesse para se analisar a favorabilidade do grupo em relação a cada questão. Conforme Sanches, Meireles & De Sordi (2010), ao se utilizar da favorabilidade (respostas 4 e 5), é possível ordenar os respondentes de acordo com suas atitudes em relação a determinado objeto.

Posteriormente, as distribuições das respostas dos grupos de interesse foram comparadas, utilizando-se da ANOVA, para se verificar a existência ou não de diferenças estatisticamente significativas entre suas respostas.

### 3.2. Amostra selecionada

Os comentários recebidos na consulta realizada pelo MG foram classificados por categoria e a distribuição dos mesmos é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1

#### Distribuição das cartas comentário recebidas pelo MG por categoria.

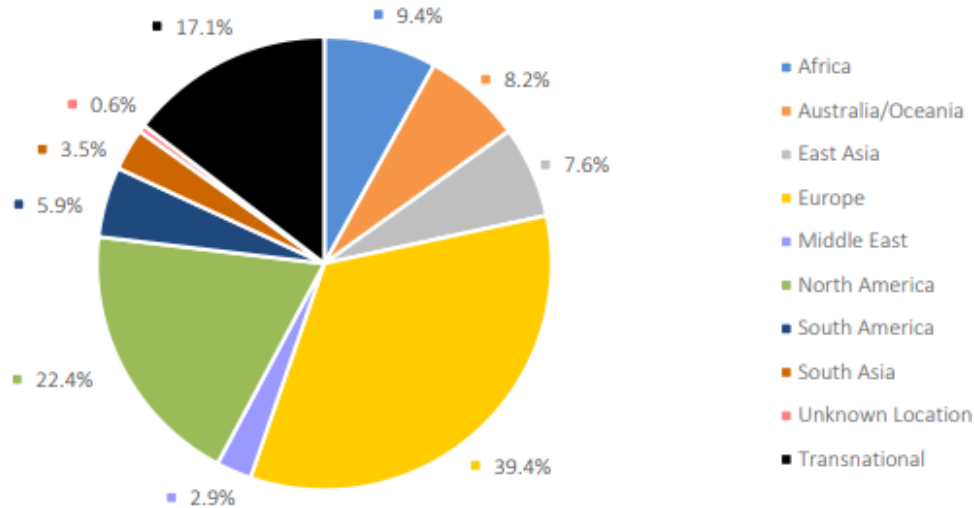
Categoria	#	%
Reguladores	27	15,1%
Firmas de auditoria	20	11,2%
Investidores	11	6,1%
Acadêmicos	10	5,6%
Órgãos de auditoria governamental	9	5,0%
Indivíduos	7	3,9%
Associações nacionais de auditores / Emissores nacionais de Normas	46	25,7%
Demais usuários, membros do IFAC e outros	49	27,4%
<b>Total</b>	<b>179</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos documentos disponíveis em IOSCO (2017b).

Analisando a distribuição das cartas por categoria de respondente, disposta na Tabela 1, nota-se uma preponderância de associações de auditores independentes, emissores nacionais de normas e membros do IFAC, em relação aos demais interessados nos trabalhos de auditoria. Estes órgãos não foram selecionados para esta pesquisa por não se tratar de posição individual de firma ou investidor ou regulador.

Os três grupos de interesse cujas respostas foram objeto desta pesquisa apresentam, em conjunto, pouco mais de 32% das respostas, porém foram escolhidos por sua importância no ambiente global dos trabalhos de auditoria e por terem sido os grupos mais atuantes nas *roundtables* realizadas, como relatado anteriormente. Destacar-se que a academia tem participação muito baixa em discussões dessa natureza, o que tem se refletido com frequência nos processos de consulta pública da área contábil e de auditoria, tanto em termos globais quanto em termos nacionais, como apontam Santos e Santos (2014) e Matos, Santos, Rodrigues e Leite (2018). Na análise que a IFAC fez sobre o *feedback* ao MG também se apresenta a distribuição das cartas comentário recebidas por localização geográfica do respondente, o que é sumarizado na Figura 3. Pode-se observar que os órgãos europeus foram os mais participativos no processo, seguidos por norte-americanos e organismos transnacionais. Essa constatação parece ser consistente, com os europeus dominando a participação nas audiências públicas, como também foi indicado por Matos, Santos, Rodrigues e Leite (2018).

Figura 3  
Distribuição das cartas comentário recebidas pelo MG por região geográfica.



Fonte: IAASB (2018).

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1. Comparação de favorabilidade dos grupos de interesse

A Tabela 2 apresenta a distribuição de frequência das respostas a cada questão apresentada na consulta do MG e que foram selecionadas para serem utilizadas como base para a pesquisa, considerando a escala de 1 a 5, variando de “discorda” até “concorda”, conforme análise de conteúdo realizada.

Tabela 2  
Distribuição de frequência das respostas, por questão.

Questão	Discorda (1)	Discorda com ressalvas (2)	Ambivalente (3)	Concorda com ressalvas (4)	Concorda (5)	Não respondeu	Total
Q4	19	6	7	5	14	7	58
Q6	21	2	3	12	9	11	58
Q16	16	3	1	7	15	16	58
Total	56	11	11	24	38	34	174

Fonte: Dados da pesquisa.

Pelos dados da Tabela 2, é possível verificar que, dentre os respondentes que se posicionaram, e que fazem parte dos grupos de interesse selecionados, houve leve predominância de posições favoráveis às propostas do MG (cerca de 48% de respostas 4 ou 5), em detrimento às posições contrárias (cerca de 44% de respostas 1 ou 2).

Avaliando individualmente as questões, nota-se um maior nível de favorabilidade (52%) à Q16, que trata da remoção de representação da IFAC no PIOB, demonstrando que os respondentes consideram importante que o órgão que supervisiona o devido processo de emissão de normas aplicáveis aos auditores tenha independência da profissão. Esse posicionamento predominante pode ser observado a seguir.

*We generally agree with the proposed option of removing IFAC representation from the PIOB in order to, in the words of the MGC, “ensure that the PIOB is viewed by stakeholders as independent of the accountancy and audit professions. (Council of Institutional Investors)*

Por sua vez, a questão com menor favorabilidade foi a Q4, que trata do estabelecimento de órgão único para emissão de normas de auditoria e ética profissional com apenas 37% de respostas 4 e 5, fato sinalizador de que os participantes da consulta pública não consideram razoável a normatização com tantas distinções em suas aplicações e cujas competências para endossá-las são tão diversas para que sejam emitidas por um mesmo conselho. A resposta da Deloitte é nesse sentido, conforme a seguir.

*There are pros and cons of having two separate boards responsible for setting (i) auditing and assurance standards and (ii) ethical standards. (...) Further, as the CP does not clearly define the board(s) ' scope and if the scope should include standards other than those related to auditing directly (e.g. areas such as financial statements' compilation and reviews, agreed-upon procedures, and other assurance engagements (i.e. in the areas of sustainability), careful evaluation is needed of the capacity constraints of any board(s). (Deloitte)*

Observa-se, ainda, que a questão 6 apresentou, majoritariamente, posicionamento contrário, como pode ser observado nos trechos das cartas, a seguir.

*... we do not believe that it would be preferable to separate ethics for professional accountants in business from professional accountants in practice. We consider that ethical principles should be the same for the profession as a whole. Further, the recent non-compliance with laws and regulations projects undertaken by both IAASB and IESBA highlighted the interaction between ethical standards for those in practice and the roles of senior financial management of public interest entities. This does, however, present a difficult issue if there is to be a combined standards setting and “ethics for auditors” board, as expanding the scope to encompass responsibility for ethics for professional accountants in business will increase the challenges in making appropriate board appointments. (Grant Thornton International Ltd)*

*No. The MG has not put forward compelling reasons to justify the prospect of disrupting the present arrangements in the manner proposed. The MG's attention is drawn to the number and complexity of audit and ethics projects on the IAASB and IESBA current and forward work plans. Any future arrangements should take account of the skills, expertise and overall capacity of the Boards (or Board) necessary to accomplish the work required. (International Audit-Related Standard-Setting Boards)*

Para analisar de forma mais específica, a Tabela 3 apresenta as distribuições de frequência, considerando os grupos de interesse selecionados.

Tabela 3

**Distribuição de frequência das respostas, por grupo de interesse.**

Grupo de interesse	Discorda (1)	Discorda com ressalvas (2)	Ambivalente (3)	Concorda com ressalvas (4)	Concorda (5)	Não respondeu	Total
<b>Audidores</b>	26	5	5	12	5	7	60
<b>Reguladores</b>	25	4	4	10	19	19	81
<b>Investidores</b>	5	2	2	2	14	8	33
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>24</b>	<b>38</b>	<b>34</b>	<b>174</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar a frequência das respostas por grupo de interesse, verifica-se, conforme Tabela 4, que os auditores formam o grupo com maior percentual de posições contrárias às propostas do MG (58% de respostas 1 ou 2) ao passo que os investidores formam o grupo que



mais concordou com as alterações propostas (64% de respostas 4 ou 5).

Visando evidenciar esse antagonismo de posicionamento, apresentam-se alguns exemplos de respostas à questão 4, a qual trata da unificação do órgão que emite normas de auditoria e asseguração com o *board* emissor de normas éticas, sendo possível verificar clara diferença de posicionamento entre auditores e investidores.

Resposta da firma de auditoria RSM International Ltd.:

*“...the applicability of ethical principles to accountants in business means that it is vital that members of a board that sets ethical standards have a different range of skills, experience and expertise than those who set audit/assurance standards.”*

Resposta da The Investment Association:

*“The IA supports a single independent board for setting both auditing and assurance and ethical standards. As stated in the consultation paper, this would help ensure better coordination of ethical and auditing standards and drive consistent auditor behavior.”*

A seguir, detalha-se o resultado obtido relacionado à favorabilidade para cada uma das questões objeto deste estudo, considerando os grupos de interesse e as suas coalizões.

Tabela 4

**Índice de favorabilidade, por grupos de interesse.**

Questões	Grupos de Interesse		
	(Favorabilidade)		
	Auditores	Reguladores	Investidores
<b>Q4</b> (n=51)	22,2%	37,5%	66,7%
<b>Q6</b> (n=47)	44,4%	42,9%	50,0%
<b>Q16</b> (n=42)	32,1%	46,8%	64,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando os dados dispostos na Tabela 4, pode-se verificar que há supremacia em relação à favorabilidade nas respostas às questões respondidas pelos investidores, demonstrando que este grupo está mais alinhado às propostas do MG de reestruturação dos emissores de normas de auditoria, asseguração e ética profissional, ao passo que os auditores são o grupo com maior resistência às ideias apresentadas no documento de consulta, demonstrando uma tentativa deste grupo de interesse em manter o *status quo*.

Esse resultado parece reforçar as preocupações do MG de que a influência dos profissionais (auditores) tem sido demasiadamente forte no processo de emissão das *International Standards on Auditing*. Matos, Santos, Rodrigues e Leite (2018) constataram essa influência em sua pesquisa, que tratou sobre a norma relacionada aos principais assuntos de auditoria. Neste caso em estudo, o posicionamento majoritariamente contrário às propostas de alterações do devido processo pode indicar a intenção desse grupo de interesse em manter seu poder de influência, em linha com o previsto na teoria da regulação de que as partes tenderam a agir para maximizar a sua utilidade.

Chama atenção, ainda, que os reguladores também apresentaram posicionamento desfavorável às questões estudadas. O regulador da profissão do Canadá, *Auditing and Assurance Standards Board*, por exemplo, não concordou com nenhuma das três perguntas, como pode ser observado a seguir.

- *We do not support a single board for ethical and auditing standards. We support separate boards.* (questão 4)
- *We believe that ethical standards for professional accountants in business and auditors should be the remit of one board.* (questão 6)
- *We are unable to reach a conclusion on whether IFAC should have the power to nominate a member of the PIOB until there is a clearer picture of the meaning of the Public Interest and the proposed composition of the PIOB and the nomination process itself.* (questão 16)

O mesmo pode ser observado em relação ao *The Australian Auditing and Assurance Standards Board*, o qual apoia o modelo atual de ter conselhos separados para desenvolver padrões éticos e de auditoria, além de que todos os contabilistas sejam regidos por um código de ética comum que seja supervisionado e administrado por um organismo de normalização específico, manifestando preocupação com qualquer proposta que separe a responsabilidade de estabelecer padrões éticos para auditores e para os demais profissionais da área contábil.

Assim, tendo em vista as opiniões divergentes, buscou-se verificar se as posições eram estatisticamente diferentes por questão. A Tabela 5 apresenta os resultados para a ANOVA realizada.

Tabela 5  
Resultados da ANOVA

		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Q4	Entre Grupos	14,780	2	7,390	2,819	0,070*
	Nos grupos	125,847	48	2,622		
	Total	140,627	50			
Q6	Entre Grupos	1,812	2	0,906	,311	0,734
	Nos grupos	128,018	44	2,909		
	Total	129,830	46			
Q16	Entre Grupos	32,912	2	16,456	6,355	0,004***
	Nos grupos	100,993	39	2,590		
	Total	133,905	41			

Nota: Significância estatística: \*\*\* (1%); \*\* (5%) e \* (10%).

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível identificar que há diferença significativa entre os grupos de interesse ao nível de 10% nas respostas à Q4, que trata da unificação do *board* emissores de normas de asseguarção e auditoria com o *board* que emite normas de ética profissional, o que sinaliza uma preocupação dos auditores quanto a essa junção e uma possível falta de competência de membros do *board* unificado para tratar de temas distintos, ao passo que pode demonstrar uma preocupação de reguladores, e principalmente de investidores, de que haja uma sinergia entre o trabalho no campo ético e no campo de auditoria e asseguarção.

Além disso, observa-se diferença significativa ao nível de 1% na questão 16, que trata da retirada da IFAC do *board* do PIOB, demonstrando uma preocupação dos reguladores e investidores com uma possível influência indevida dos auditores no órgão supervisorador da emissão de normas por eles aplicadas, denotando falta de independência do PIOB para a realização desta supervisão. Por outro lado, os auditores argumentam que para o atingimento do objetivo de se ter uma estrutura *multistakeholder*, como propõe o MG, não se pode alijar um importante *player* deste mercado do *board* do PIOB.

Para ilustrar tais argumentos, pode-se verificar o trecho de resposta de um auditor e de um regulador a respeito desta questão. Enquanto a firma de auditoria Grant Thornton International declara *“The Monitoring Group’s proposals for reform include the concept of balanced multistakeholder participation. It would therefore seem appropriate that IFAC has the ability to propose a member for consideration in a fully representative PIOB”*, o órgão

regulador Autoridade Europeia de Mercado de Capitais (ESMA), comenta “*ESMA agrees that IFAC should not be a member of the IOB. ESMA equally agrees that members of the IOB should be independent and should avoid any appearance of conflict of interest.*”

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se analisar se há diferença de posicionamento entre os auditores, os reguladores e os investidores a determinadas proposições da consulta pública do projeto de reforma da estrutura internacional de emissão de normas de auditoria, asseguração e ética profissional, do MG, na tentativa de influenciar a normatização da atividade de auditoria, com base em análise de conteúdo de cartas comentário submetidas por estes grupos de interesse.

Foram analisados os posicionamentos de 58 cartas comentário submetidas ao MG, no processo de reformas da estrutura de emissão de normas internacionais de auditoria, asseguração e ética profissional, verificando que houve uma predominância de frequência desfavorável às propostas do MG por parte dos auditores, uma posição de equilíbrio entre opiniões favoráveis e desfavoráveis às propostas do MG por parte dos reguladores e uma predominância de posições favoráveis à reforma por parte dos investidores.

Verificou-se, ainda, que houve diferença significativa de posicionamentos entre os grupos de interesse em duas das três questões avaliadas. Há diferentes opiniões entre esses grupos de interesse, no que diz respeito à unificação da emissão de normas de auditoria e asseguração com as normas éticas, bem como há diferença quanto à manutenção ou não de representação da IFAC no IOB, órgão que supervisiona o devido processo de emissão de normas aplicáveis pelos auditores, inclusive a observação ao interesse público.

Este trabalho apresenta como contribuição a expansão da linha de pesquisa sobre o processo de regulação internacional na área de auditoria, tendo em vista que em normas contábeis há um arcabouço muito mais extenso de pesquisas do que na área de auditoria, bem como inclui a análise das opiniões emitidas por investidores, que são *stakeholders* a quem se tem dado pouca atenção em estudos dessa linha de pesquisa.

Como limitações a este trabalho, podem se considerar a subjetividade envolvida na classificação das respostas dadas às questões da consulta, bem como a utilização de apenas uma parte das cartas comentário como amostra, não correspondendo à participação total dos *stakeholders* envolvidos na reforma. Adicionalmente, outras estratégias de *lobby* comumente empregadas pelos respondentes não foram avaliadas nesta pesquisa, como participações em reuniões, financiamento de órgãos emissores, indicação de profissionais envolvidos na reforma, atuação via associações de classe entre outras potenciais estratégias de pressão sobre os condutores do processo de reforma.

Recomenda-se para pesquisas futuras a análise da efetividade do *lobby* destes grupos de interesse, e possivelmente dos demais, quando da emissão de novo documento de consulta pelo MG, na fase seguinte das reformas propostas.

## REFERÊNCIAS

- Araujo, E. F., & Dias Filho, J. M. (2020). Efetividade do Lobbying na regulação da atividade de auditoria, no âmbito do mercado de valores mobiliários: Quem dá as cartas? Uma análise da instrução CVM 308/99, Sob a perspectiva da teoria da Regulação. **Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade**. [s.l.] Atena Editora, 2020. p. 31–48
- Carmo, C. H. S., Ribeiro, A. M., & Carvalho, L. N. G. (2016). Lobbying na regulação contábil: desenvolvimentos teóricos e pesquisas empíricas. **Revista Universo Contábil**, 12(2): 59-79.
- Georgiou, G., & Roberts, C. B. (2004). Corporate lobbying in the UK: an analysis of attitudes

- towards the ASB's 1995 deferred taxation proposals. **The British Accounting Review**, 36: 441-453.
- Haapamäki, E.E., & Mäki, J. (2023). An analysis of comment letters on a new, stand-alone standard for audits of less complex entities' financial statements. **Journal of Accounting Literature**. ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/JAL-12-2022-0131>
- Hansen, T. B. (2011). Lobbying of the IASB: an empirical investigation. **Journal of International Accounting Research**, 10(2): 57-75.
- International Organization of Securities Commission – IOSCO (2017a). Call for Comments on reforms to the global audit standard-setting process. Recuperado de <https://www.iosco.org/news/pdf/IOSCONEWS480.pdf>
- International Auditing and Assurance Standards Board – IAASB (2018). Reactions To The Monitoring Group Consultation Paper Regarding International Audit-Related Standard Setting: A Summary Of Public Comments. Recuperado de <https://www.iaasb.org/system/files/publications/files/A-Summary-of-Public-Comments-on-the-Monitoring-Group-Proposal-Gibson-Dunn.pdf>
- International Organization of Securities Commission – IOSCO (2017b). Strengthening the governance and oversight of the international audit-related standard-setting boards in the public interest. Recuperado de: <https://www.iosco.org/library/pubdocs/pdf/IOSCOPD586.pdf>
- International Organization of Securities Commission – IOSCO (2017c). Monitoring Group Consultation London Round Table 15 January 2018. Recuperado de [https://www.iosco.org/about/monitoring\\_group/pdf/2018-01-15-London%20Roundtable.pdf](https://www.iosco.org/about/monitoring_group/pdf/2018-01-15-London%20Roundtable.pdf)
- Jorissen, A., Lybaert, N., Orens, R., & Van Der Tas, L. (2012). Formal participation in the IASB's due process of standard setting: a multi-issue/multi-period analysis. **European Accounting Review**, 21(4): 693-729.
- Jonsson, T., & Svensson, K. (2014). **The process of changing the audit report in an international context**. Dissertação de mestrado. Lund University. Suécia.
- Matos, T., Santos, O., Rodrigues, A., & Leite, R. (2018). Lobbying na regulação de auditoria no âmbito do IAASB. **Revista Contabilidade & Finanças**, 29(77): 246-265.
- Monsen, Brian R. (2022). The determinants and consequences of big 4 lobbying positions on proposed financial accounting standards. **The Accounting Review**, 97(3): 309–341. <https://doi.org/10.2308/TAR-2019-0283>
- Sanches, C., Meireles, M., & Sordi, J. D. (2011). Análise qualitativa por meio da lógica paraconsciente: método de interpretação e síntese de informação obtida por escalas likert. **Anais do Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**.
- Santos, O. M., & Santos, A. (2014). Lobbying na regulação contábil: evidências do setor petrolífero. **Revista Contabilidade & Finanças**, 25(65): 124-144.
- Simnett, R., & Huggins, A. (2014). Enhancing the auditor's report: to what extent is there support for the IAASB's proposed changes? **Accounting Horizons**, 28(4): 719-747.
- Stigler, G. J. (1971). The Theory of Economic Regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**, 2(1): 3-21.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. **The accounting Review**, LIII(1): 112-134.

Williams, L. T., & Wilder, W. M. (2015). Constituent Feedback on Audit Regulatory Policy: An Examination of PCAOB Comment Letters. American Accounting Association Annual Meeting 2015. Recuperado de: <https://www2.aaahq.org/AM2015/abstract.cfm?submissionID=1229>